

COMUNIDADE LOCAL E ESCOLA DO CAMPO: O CASO DO COLÉGIO ESTADUAL MARIA CÂNDIDA DE JESUS

Eliane Alves Moreira¹;
Diomar Augusto de Quadros².

RESUMO

Durante as últimas décadas a sociedade brasileira teve uma visão do espaço rural como sendo um lugar atrasado, inferior e arcaico, enquanto a cidade como o lugar da modernidade e do progresso. Porém o que se deve observar é que o campo é lugar repleto de cultura e tradições e que o homem do campo, assim como o urbano é um indivíduo totalmente capaz e desenvolvido na sua forma de ser. Entendemos a prática educativa como suporte em proveito do aprendizado tanto para o homem urbano, quanto para o homem rural. Uma escola que pressupõe uma perspectiva esperançosa e que se constitui em uma escola transportada pelas mãos de seus agentes, comunidade escolar e local, possibilita entender a oportunidade de superação dos sujeitos intermediada por uma prática educativa.

Diante do exposto, este trabalho tem o objetivo de conhecer mais sobre a comunidade do distrito de Paraná do Oeste, que tem sua origem e suas bases na agricultura, e sobre a sua escola local, o Colégio Estadual Maria Cândida de Jesus que é uma escola do Campo, e dessa forma busca realizar uma educação voltada para o meio que esta situada.

Palavras-chave: Educação; Sociedade local e Paraná do Oeste.

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Goioerê, e-mail: lita-moreira@hotmail.com.

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

1 INTRODUÇÃO

A educação do campo é algo que faz parte da minha história de vida, pois sempre fui uma educanda do campo, meus pais até hoje moram em uma propriedade rural no município de Boa Esperança, interior do estado do Paraná, à aproximadamente uns 30 quilômetros do distrito de Paraná do Oeste, onde resido atualmente. Nunca foi fácil morar na zona rural, pois tudo era mais difícil, tanto para ir estudar, quanto as brincadeiras e gozações que sofriamos por ser do sítio. Para ir à escola, eu e meus irmãos andávamos cerca de três quilômetros a pé, depois de bicicleta, era uma jornada dura principalmente quando chovia ou era inverno, estudávamos no período da manhã, então não era nada fácil sair de casa nos dias frios, mas agradeço por tudo isso, pois sempre valorizei muito a oportunidade que tínhamos e as dificuldades que enfrentávamos para poder chegar à escola, dessa forma me dediquei ao máximo aos estudos e com isso sempre fui uma ótima educanda, hoje como professora tento passar um pouco dessa experiência aos meus educandos, para que eles nunca desistam daquilo que querem por mais difícil que seja.

As brincadeiras sem graça por parte de alguns educandos da escola se davam pelo fato de historicamente, o conceito de meio rural estar associado a um lugar precário, atrasado, com pouca qualidade e poucos recursos. A educação do campo tinha como pano de fundo um espaço rural visto como inferior e arcaico. Os tímidos programas que ocorreram no Brasil para a educação rural foram pensados e elaborados sem seus sujeitos, sem sua participação, mas para eles (MOLINA; FERNANDES, 2005). Porém, algumas recusam essa visão, e concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso e permanência na terra e para edificar e garantir um modo de vida que respeite as diferenças quanto à relação com a natureza, com o trabalho, sua cultura, suas relações sociais (MOLINA; FERNANDES, 2005).

Uma nova concepção educacional não está sendo construída para os trabalhadores rurais, mas sim por eles, com eles, camponeses. Um princípio da Educação do Campo é que sujeitos da Educação do Campo são sujeitos do campo: pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, camponeses, assentados e reassentados, ribeirinhos, povos de florestas, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, boias-frias (MOLINA; FERNANDES, 2005).

A decisão de propor diretrizes operacionais para Educação do Campo supõe em primeiro lugar, a identificação de um modo próprio de vida social e de utilização do espaço, delimitando o que é rural e urbano sem perder de vista o nacional (KOLLING; CERIOLO ; CALDART, 2002, p. 72).

Esta visão do campo como um espaço que tem suas particularidades e que é ao mesmo tempo um campo de possibilidades da relação dos seres humanos com a produção das condições de existência social confere à Educação do Campo o papel de fomentar reflexões que acumulem força e espaço no sentido de contribuir na desconstrução do imaginário coletivo sobre a relação hierárquica que há entre campo e cidade; sobre a visão tradicional do jeca tatu, do campo como o lugar do atraso. A Educação do Campo busca fortalecer a identidade e autonomia das populações do campo e conduzir o povo do Brasil a compreender haver uma não hierarquia, mas complementaridade: cidade não vive sem campo que não vive sem cidade. À Educação do Campo compete contribuir para redesenhar o desenvolvimento territorial brasileiro com desenvolvimento social, cultura, saúde, infraestrutura de transportes, lazer, zelo pelo meio ambiente (KOLLING; CERIOLO ; CALDART, 2002, p. 72).

Fernandes (2002, p.91/92) destaca que a aprovação destas Diretrizes Operacionais representa um importante avanço para o Brasil, para a visão que defende o espaço do campo com:

Um campo de vida, onde a escola é espaço essencial para o desenvolvimento humano. É um novo espaço dessa

caminhada de quem acredita que campo e a cidade se complementam e, por isso mesmo, precisam ser compreendidos como espaços geográficos singulares e plurais, autônomos e interativos, com suas identidades culturais e modos organização diferenciados, que não podem ser pensados como relação de dependência eterna ou pela visão urbanóide e totalitária, que prevê a intensificação da urbanização como país moderno. A modernização é ampla e inclui a todos e todas, do campo e a cidade. Um país moderno é aquele que em um campo de vida, onde os povos do campo constroem suas existências. (FERNANDES, 2002, p. 91/92).

A educação do campo deve ser voltada para as pessoas do campo, se moramos em uma comunidade do campo, temos que mostrar isso para os educandos e para a comunidade de forma geral. De que adiante falar das grandes empresas, das grandes indústrias, buscando nos orientar nessa realidade que não nos pertence. O que temos que fazer é mostrar pra essas pessoas que o campo é lugar de muita fartura, que quando bem planejado e administrado pode gerar uma renda tão satisfatória como qualquer bom salário numa grande cidade.

Temos que ter consciência de que o campo é lugar sim de cultura, de conhecimento e de muito estudo, pois cada vez mais é necessário o aperfeiçoamento das práticas agrícolas. Não é porque moramos em uma comunidade pequena ou mesmo no sítio que não devemos buscar conhecimento, pelo contrário, pois para lidar com a terra não preciso só conhecimento mais também sabedoria.

A escola local “Colégio Estadual Maria Candido de Jesus”, que é considerado “Escola do Campo”, tem um papel fundamental para a comunidade, pois muitas crianças que ali vivem não têm a escola apenas como um lugar de aprendizagem, mas também como o único local que elas realizam uma alimentação completa, a escola vai muita além da sua função social de ensinar, às vezes ela faz um papel de assistencialismo social. A grande maioria dos educandos que estudam na escola, ou vem da zona rural ou tem forte ligação com o campo.

O Colégio está localizado no distrito de Paraná do Oeste, que por sua vez faz parte da cidade de Moreira Sales, no estado do Paraná, região sul do Brasil. Esse processo de observação mais detalhado e conversação com pessoas que aqui vivem há mais tempo se deu aproximadamente há uns dois anos quando comecei a ter mais contato com a comunidade e com a escola local, isso por volta de março de 2009.

Desse processo de observação e conversação fizeram parte, os educandos do colégio, os professores que vivem na comunidade, pessoas mais velhas e pessoas mais próximas que moram na localidade a um bom tempo.

Diante do exposto acima, este estudo tem por finalidade conhecer um pouco mais sobre a comunidade do distrito de Paraná do Oeste, o qual a escola local é considerada “Escola do Campo”, e dessa forma procurar realizar uma educação voltada para o meio que esta situada. O que me fez buscar conhecer um pouco mais sobre essa comunidade, foi o fato de eu vir de outra localidade, próxima, porém com uma realidade bem diferente.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO, ESCOLA E COMUNIDADE LOCAL

O campo sempre foi visto com desprestígio e preconceito, como se seus sujeitos só precisassem saber ler, escrever e contar, ou seja, um mínimo de conhecimentos que os capacitassem a trabalhar na agricultura. Entretanto, com o desenvolvimento das técnicas agrícolas, faz-se necessário a aquisição de novos conhecimentos, não só para trabalhar no campo, mas para interagir na sociedade modificando-a, dessa forma defendemos uma alfabetização científica e tecnológica na escola, especialmente no campo (JESUS; MION, 2005).

A forma de ensinar na educação do campo deve ser diferenciada, específica que venha ao encontro das reais necessidades dos camponeses, tendo em vista os avanços tecnológicos, os quais inclusive modificaram o modo de produção agrícola (JESUS; MION, 2005).

A educação do campo constitui, na atualidade brasileira, uma temática que tem exigido esforços dos pesquisadores nacionais em direção a estudos e reflexões que contribuam na construção de um novo paradigma político pedagógico (JESUS; MION, 2005).

A expressão Educação do Campo apresenta uma reflexão pedagógica originada das diversas práticas de educação desenvolvidas no campo e ou pelos sujeitos do campo. Fernandes (2002, p.97) observa que:

A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural. (FERNANDES, 2002, p. 97)

A urgência na mudança. Urgem mecanismos que barrem o processo de destruição da identidade e de desvalorização dos povos do campo. Essas pessoas precisam recuperar o amor pelo local onde vivem, moram, trabalham. Devem transformá-lo em espaço de desenvolvimento orgulhar-se de sua origem, projetar seu futuro crendo-se capaz de fazer, de aprender, de prosperar, evoluir.

Para Adorno (1995) a diferença entre campo e cidade se situa em um plano mais grave do que condições materiais:

A diferença cultural ainda persistente entre a cidade e o campo constitui uma das condições do horror, embora certamente não seja nem a única nem a mais importante. [...] provavelmente no campo o insucesso da desbarbarização foi ainda maior. Mesmo a televisão e os outros meios de comunicação de massa, ao que tudo indica, não provocaram muitas mudanças na situação

de defasagem cultural. Parece-me mais correto afirmar isto e procurar uma mudança do que elogiar de uma maneira nostálgica quaisquer qualidades especiais da vida rural ameaçadas de desaparecer. Penso até que a desbarbarização do campo constitui um dos objetivos educacionais mais importantes. Evidentemente ela pressupõe um estudo da consciência e do inconsciente da respectiva população. Sobretudo é preciso atentar ao impacto dos modernos meios de comunicação de massa sobre um estado de consciência que ainda não atingiu o nível do liberalismo cultural burguês do século XIX (ADORNO, 1995, p. 125-6).

A desbarbarização seria superada pela formação cultural, necessária tanto para o campo quanto para a cidade. Adorno reconhece que algumas características de vida do meio rural tendem a desaparecer, mas elas não precisam ser “salvas” e nem é sua intenção salvá-las. O autor aponta o que lhe parece ser essencial para a humanidade: a necessidade da desbarbarização, que não se separa da produção de esclarecimento, autonomia e emancipação humanos.

A escola é o lugar institucional de um projeto educacional, ou seja, é uma instância social que serve de base mediadora e articuladora de outros dois projetos que têm relação com o agir humano, o projeto político da sociedade e os projetos pessoais dos sujeitos envolvidos na educação (SILVEIRA, 2010). Entende-se educação como:

Os processos formativos que desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade cível e nas manifestações culturais - Art. 1º - LDB (SILVEIRA, 2010).

Os quais são requisitos dessa concepção de educação proposta na LDB, a democratização da escola pública e conseqüente à participação da comunidade em suas decisões implica em resultados positivos e alterações reais na busca de uma educação cidadã, de participação e conscientização política. Dessa forma, Paro afirma que:

Por mais colegiada que seja a administração da unidade escolar, se ela não inclui a comunidade, corre o risco de constituir apenas mais um arranjo entre os funcionários do Estado, para atender a interesses que, por isso mesmo, dificilmente coincidirão com os da população usuária (PARO, 1997, p.16).

É possível perceber, então, que a escola e a comunidade na qual está inserida, devem, de fato, interagir para que ambas cresçam continuamente, promovendo um melhor desenvolvimento, respeitando os conhecimentos prévios e a cidadania daquela população.

Com base na concepção de comunidade, Bauman (2003) destaca que a comunidade deve ser entendida como tipo comunitário que não precisa ser construído, já está dado, “completo e pronto para ser usado” e “precede todos os acordos e desacordos”. É um entendimento “natural” e “evidente”, dado de antemão, e que confere organicidade a coletividade; que mantém as pessoas unidas “a despeito de todos os fatores a que as separam”.

Isso acontece porque o conteúdo do entendimento mútuo não pode ser expresso, determinado, nem compreendido, caso contrário seria um acordo artificialmente produzido.

Os conceitos de comunidade são os mais diversos e variáveis possíveis, e permeiam pelas diversas áreas do conhecimento, partindo de uma definição etimológica, temos que comunidade, do latim *communitate*, pode ser entendida como um conjunto de seres vivos inter-relacionados que habita um mesmo lugar (BAUMAN, 2003).

Bauman supõe que haja uma oposição entre liberdade e comunidade. Considerando-se que o termo

“comunidade” implique uma obrigação fraterna de partilhar as vantagens entre seus membros, independente do talento ou importância deles, indivíduos egoístas não teriam nada a ganhar

com a bem-tecida rede de obrigações comunitárias, e muito que perder se forem capturados por ela (BAUMAN, 2003, p.56).

O texto defende a ideia de que, hoje, comunidade e liberdade são conceitos em conflito por que:

Há um preço a pagar pelo privilégio de “viver em comunidade”. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada “autonomia”, “direito à autoafirmação” e à “identidade”. Qualquer que seja a escolha, se ganha alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade (BAUMAN, 2003, p.10).

Essa aparente oposição entre liberdade e comunidade que encontramos deve-se, de fato, ao sentido que ele atribui à noção de “comunidade”:

Tecida de compromissos de longo prazo, de direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis [...] E os compromissos que tornariam ética a comunidade seriam do tipo do ‘compartilhamento fraterno’, reafirmando o direito de todos a um seguro comunitário contra os erros e desventuras que são os riscos inseparáveis da vida individual (BAUMAN, 2003, p.57).

Assim para Bauman, o entendimento ao estilo comunitário, casual, não precisa ser procurado, e muito menos construído, pode ser um:

Entendimento que já ‘está lá’, completo e pronto para ser usado – de tal modo que nos entendemos ‘sem palavras’ e nunca precisamos perguntar, com apreensão, ‘o que você quer dizer?’ O tipo de entendimento em que a comunidade se baseia precede todos os acordos e desacordos. Tal entendimento não é uma linha de chegada, mas o ponto de partida de toda união... (BAUMAN, 2003, p.15).

Como é possível notar, para o autor a vida individual está envolta em riscos, e querer viver em liberdade deve significar viver sem segurança. Já a comunidade, o lugar da segurança, remete-nos ao sentido mais tradicional que conhecemos, em

que os laços por proximidade local, parentesco, solidariedade de vizinhanças seriam a base dos relacionamentos consistentes, “[...] a comunidade fiel à sua natureza (ou a seu modelo ideal) [...] ‘oferece todas as atividades e atende as necessidades das pessoas que fazem parte dela” (BAUMAN, 2003, p. 17).

No ano de 1950, havia no estado do Paraná uma grande quantidade de pessoas e famílias que circulavam pelas estradas à procura de terras para a aquisição, e de um lugar para se fixar, buscando terra para plantar e prosperar, enfim, procurando melhores condições de vida (PEDROSO, 2010).

Nesta época ocorreram à chegada de vários pioneiros em Paraná do Oeste atraídos pela qualidade do solo, próprios para o plantio de café.

Os fazendeiros Ulisses de Almeida e Pedro Japonês adquiriram as terras em Paraná do Oeste. Com o objetivo de propiciar o desenvolvimento da região, resolveram lotear e vender as terras, mas isso era preciso que registrassem um nome para as terras recém-descobertas (PEDROSO, 2010). Assim, Ulisses de Almeida, enquanto realizava o culto matutino, uma vez que era membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia, em sua residência, localizada na cidade de Londrina, pediu para que membros de sua família escrevessem sugestões para o nome da cidade. E diante das sugestões, o nome sorteado foi o de Paraná do Oeste, proposto por sua filha Mariazinha Almeida.

Assim, foram loteadas as terras e vendidas em pequenos lotes, pois acreditavam que a venda das terras iria propiciar o desenvolvimento da cidade, bem como, melhores condições de sobrevivência para a população (PEDROSO, 2010).

No início tratava-se de poucas pessoas, mas aos poucos foram chegando mais e fixaram moradias nessa localidade. A princípio formou-se um aglomerado de casas. E como a chegada de outros colonos nesse lugar, o núcleo populacional já tomava forma de uma pequena cidade, formando assim vilarejo (PEDROSO, 2010).

As famílias adentravam a região, fixavam suas moradias começaram a trabalhar para poder sobreviver, uma vez que o solo era fértil e propício para o

cultivo da lavoura branca, ou seja, para o cultivo de feijão, arroz, milho, algodão, café e outros.

Nessa época o número de habitantes que viviam em Paraná do Oeste eram poucos, e cultivavam uma cultura de subsistência, onde suas intenções não eram de acumular excedentes, fazendo com que houvesse um equilíbrio entre eles e a natureza.

Apesar de ser uma comunidade pequena, apresenta alguns problemas sociais tais como, desestrutura familiar e falta de oportunidade de emprego. Porém esses problemas não são privilégio somente da nossa comunidade, são considerados problemas de cunho mundial.

A escola do distrito de Paraná do Oeste é considerada “Escola do Campo” por estar situada em uma área rural e a grande maioria de seus educandos proverem da agricultura ou depender dela, ou seja, a comunidade ou quem nela se encontra é dependente da agricultura. Diante dessa realidade a escola busca realizar uma educação voltada para essa clientela, buscando mostrar aos educandos a importância do lugar onde vivem e de suas raízes.

No ano de 2011 a escola possui aproximadamente duzentos e trinta educandos, sendo que é cento e quarenta frequentam o período diurno e noventa e dois do período noturno, informação obtida junto à secretária da escola local.

O colégio possui dezenove professores, sendo dez efetivos e nove temporários, além desses profissionais a escola ainda conta com cinco pessoas na área administrativa, três funcionários nos serviços gerais e uma pessoa na biblioteca.

A escola também conta com uma estrutura predial com oito salas de aula, Biblioteca, Laboratório de Informática, quadra coberta entre outros. Em relação à tecnologia a escola tem laboratório de informática de acesso aos educandos, TVs Pen Drive e Data Show. É um ponto de referência no distrito, pois além da função de transmitir o conhecimento acadêmico, a escola também tem grande participação na vida da comunidade local.

A mobilização, a organização coletiva, a luta social em proveito de melhores condições de vida, contempladas na prática educativa norteada pela proposta de educação do campo, envolvem e estão envolvidas com a vida em comunidade e com o pensamento norteador para uma educação do campo. A cooperação, no sentido amplo da palavra, tende a afirmar a possibilidade de emancipação dos sujeitos que frequentam as escolas, como fundadores de uma proposta de educação em comum. A proposta de educação do campo não valoriza a exclusão e as carências sociais, mas tem como centralidade a afirmação social e cultural, além de destacar e valorizar as matrizes culturais significativas para os sujeitos e a sua trajetória social, tratadas como fonte de aprendizagem.

Para tentar explicar a relação da comunidade com a escola local, podemos citar Silveira, quando diz:

A escola é o lugar institucional de um projeto educacional, ou seja, é uma instância social que serve de base mediadora e articuladora de outros dois projetos que têm relação com o agir humano, o projeto político da sociedade e os projetos pessoais dos sujeitos envolvidos na educação (SILVEIRA, 2010).

O ser humano, ao entender o real e o necessário, pela apropriação do conhecimento, supre a necessidade de busca por autonomia e, no convívio da coletividade, busca desafios em proveito dessa superação, coloca-se em uma posição de pertencimento em relação ao espaço de conquista e, portanto, desenvolve uma linguagem própria.

A prática educativa construída no coletivo, na prática social, evidenciada pelo trabalho coletivo nos permite entender que a teoria pedagógica da escola do campo é gerada no exercício prático do convívio social. Sendo assim, o ato educativo faz com que as práticas modifiquem-se e cresçam com os seus sujeitos, servindo para ressignificar a história de suas vidas.

Desta forma, escola e comunidade devem estar unidas para superar os adversos constantemente presentes em qualquer localidade, principalmente quando

falamos em uma comunidade pequena, onde todos conhecem a todos e sabem dos problemas que enfrentam. Como a escola não vai participar desses problemas, se eles fazem parte da vida de seus atores principais, que são os educandos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou conhecer um pouco mais sobre a comunidade do distrito de Paraná do Oeste, o qual a escola local é considerada “Escola do Campo”, e dessa forma procura realizar uma educação voltada para o meio a que esta situada. Através deste trabalho, foi possível perceber que distrito apresenta alguns problemas sociais, entre eles a desestrutura familiar, a falta de emprego entre outros. Muitas vezes esses problemas, principalmente o de ordem familiar, recaem sobre a escola, que além de transmitir o conhecimento, também se torna responsável por cuidar de muitos problemas do educando e muitas vezes até da família do educando.

Mesmo enfrentando problemas, o que observamos é uma comunidade escolar e local preocupada com seus membros, sempre buscando soluções possíveis e cabíveis para tentar sanar esses e muitos outros problemas que enfrentam. Dessa forma, podemos dizer que Paraná do Oeste, mesmo sendo uma comunidade que enfrenta muitos adversos é muito unida, e luta por uma melhor qualidade de vida das crianças (educandos da escola) e de todas as famílias de forma geral.

A maioria dos educandos da escola, como dito anteriormente, tem sua origem ligada ao campo, ou seja, são filhos, sobrinhos ou netos de agricultores, praticamente todos os educandos tem um contato direto com o campo, ou então moram na zona rural. A comunidade, assim como a maioria das comunidades da região, é agrária e seu modo de vida esta intimamente ligada ao meio rural e ao homem do campo.

Diante do exposto podemos dizer que o Colégio Estadual Maria Cândida de Jesus, tem participação ativa no desenvolvimento e maneira de ser da comunidade e das pessoas que nela vivem.

4 REFERENCIAS

ADORNO, T. W. .**Mínima moralia: reflexões a partir da vida danificada**. Trad. Luiz Eduardo Bicca, SãoPaulo: Ática, 1992. Série Temas, vol. 30.

BAUMAN, Z. **Comunidade: A busca por segurança no mundo atual**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Base**, 2008.

FERNANDES, B. M. **MST: Formação e territorialização**. São Paulo. Hucitec. 1996.

JESUS, V.C. P.; MION, R. A. **A Importância do conhecimento científico na construção de uma escola do Campo**. UEPG, Paraná, 2005.

KOLLING, E. J. *et al.* **Por uma Educação do Campo**. Educação do campo Identidade e Políticas Publicas. Coleção Por uma Educação do Campo nº 4, Brasília, 2002.

MOLINA, M. C; FERNANDES, B. M.; **O campo da educação do campo**. UNESP, São Paulo, 2005.

MOLINA, M. C. **A CONTRIBUIÇÃO DO PRONERA NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. Tese de doutorado. UnB – Universidade de Brasília e CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2003.

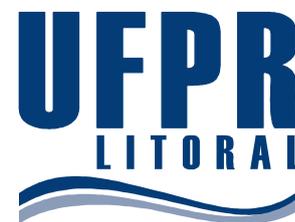
OLIVEIRA, V. P. **LDBEN comentada**. Porto Alegre, Redes Editora, 2009.

PARO, V. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Série Educação em ação, 3ª edição, 1997.

PEDROSO, S. M. **MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES 50 ANOS DE HISTORIA**, Uniasselvi, Paraná , 2010.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



SILVA, L. H. *et. al.* **EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MINAS GERAIS – SUA HISTÓRIA E DESAFIOS.** UFV, Minas Gerais, 2006.

SILVEIRA, P. D. **COMUNIDADE VERSUS ESCOLA: A CONCEPÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA.** UFS, Sergipe, 2010.